

Políticas de inclusão escolar no município de Capão da Canoa-RS

Bruna G. S. Alós (UFRGS)

Claudio Roberto Baptista (UFRGS - Orientador)

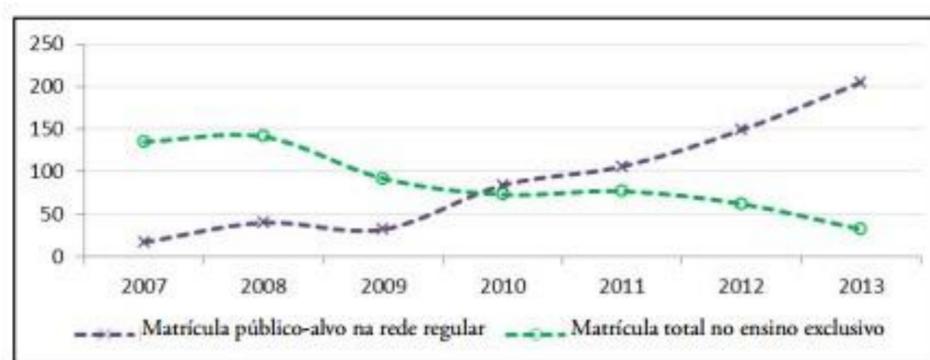
Introdução: Conforme a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva - 2008, os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos considerados público-alvo de educação especial em classes comuns do ensino regular e devem organizar-se a fim de assegurar uma educação de qualidade para todos. O município investigado ocupou a função de município-polo em um programa do Ministério da Educação denominado *Educação Inclusiva: direito à diversidade* (MEC/SECADI). O presente estudo integra o projeto “Políticas de Inclusão Escolar no Rio Grande do Sul: contextos e perspectivas”, desenvolvido no âmbito do Programa Observatório da Educação (CAPES/INEP).

Objetivo: Investigar a implementação de políticas de inclusão escolar nas Redes Públicas de Ensino de Capão da Canoa-RS no período de 2007 a 2013.

Metodologia: Foram analisados os dados das matrículas de redes públicas de ensino comum e do ensino exclusivamente especializado, além de entrevistas com a coordenação de educação especial e a supervisão pedagógica da Secretaria de Educação do município de Capão da Canoa-RS.

Desenvolvimento: Ao considerarmos as redes públicas de ensino comum, os dados obtidos indicam que a rede estadual e a rede municipal de ensino, entre os anos de 2007 e 2013, apresentam um significativo aumento nas matrículas dos alunos público-alvo da educação especial. No âmbito do ensino exclusivamente especializado, tanto a rede estadual quanto a rede municipal mostram declínio no número de matrículas entre 2007 e 2013.

Matrículas totais do Município de Capão da Canoa - Ensino Regular: Rede Estadual e Municipal de Ensino - 2007 a 2013.



Fonte: INEP/MEC

Conclusão: Conforme os dados obtidos, o maior contingente dos alunos público-alvo da educação especial em Capão da Canoa se concentra nas redes públicas de ensino, dinâmica que se mostra frequente em função da configuração das políticas educacionais relativas à inclusão escolar. No período analisado, pode-se perceber uma intensificação das matrículas dos alunos com deficiência no ensino comum e redução no ensino exclusivamente especializado. Esse fato está em sintonia com as diretrizes e propõem a consolidação das políticas de inclusão escolar.

Referência: BAPTISTA, C. R; FREITAS, C. R; MEIRELLES, M. C. B; Educação Especial no Rio Grande do Sul: Uma análise de indicadores de matrículas na Educação Básica (2007-2013). In BAPTISTA, C. R. (Org). *Escolarização e Deficiência*. São Carlos: Marquezine & Manzini, 2015. p. 265 - 297.